Dia Internacional de Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos e a SAN na 81ª AGNU

Día Internacional de Concientización sobre las Pérdidas y el Desperdicio de Alimentos y la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) en la 81.ª Asamblea General de la ONU

International Day of Awareness on Food Loss and Waste and Food and Nutrition Security at the 81st UN General Assembly

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Neste informe técnico, discutem-se as perdas e desperdícios de alimentos e seus impactos transversais sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) e as iniciativas globais, como o Dia Internacional da Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos, celebrado no dia 29 de setembro. Além disso, há um relato da agenda de segurança alimentar e nutricional na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em que se sobressaiu a desarticulação das agências e a falta de participação do UN Nutrition.

Resumen: *En este informe técnico se analizan las pérdidas y el desperdicio de alimentos y sus impactos transversales en la seguridad alimentaria y nutricional (SAN), así como las iniciativas globales, como el Día Internacional de Concientización sobre las Pérdidas y el Desperdicio de Alimentos, que se celebra el 29 de septiembre. Además, se presenta un informe sobre la agenda de seguridad alimentaria y nutricional en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, en la que se destacó la falta de coordinación entre las agencias y la falta de participación de ONU Nutrición.*

Abstract: *This technical report discusses food loss and waste and their cross-cutting impacts on food and nutrition security (FNS), as well as global initiatives such as the International Day of Awareness on Food Loss and Waste, observed on September 29. In addition, the report covers the food and nutrition security agenda at the 81st United Nations General Assembly, where the lack of coordination among agencies and the absence of UN Nutrition's participation stood out.*

Introdução

Apesar de sua relevância crescente no contexto da segurança alimentar e nutricional global, a questão das perdas e desperdícios de alimentos permanece como um elemento relativamente marginalizado no cenário global e nacional, a despeito de seu papel estratégico na transformação sustentável dos sistemas alimentares globais.

Embora articulados de maneira conjunta no discurso técnico-político, vale a pena revisitar os conceitos de perdas e desperdícios, pois designam etapas e dinâmicas distintas das cadeias de suprimento. As perdas de alimentos (*food loss*) situam-se no segmento que compreende a produção primária agrícola até as fases de pós-colheita, armazenamento, processamento primário e transporte atacadista. Nas cadeias de *commodities*, por exemplo, as perdas expressam os volumes alimentares não reaproveitados para o consumo humano ou

animal ao longo desses elos iniciais. Em contrapartida, o desperdício de alimentos (*food waste*) circunscreve-se ao descarte ocorre nos elos finais de comercialização varejista, serviços de alimentação e consumo domiciliar, envolvendo tanto produtos in natura quanto alimentos processados.

Essas preocupações são históricas para a humanidade, visto que a conservação biológica e física dos alimentos tornou-se um dos pilares de sobrevivência e expansão das populações humanas sedentárias. Nesse sentido, o desenvolvimento gradual de técnicas ancestrais, como a desidratação e a salga, antecedeu métodos tecnológicos de maior complexidade industrial, a exemplo da pasteurização, do acondicionamento a vácuo, do controle térmico por refrigeração e, contemporaneamente, da incorporação massiva de aditivos químicos associada à expansão dos produtos ultraprocessados. Contudo, enquanto o processamento industrial de alimentos processados e minimamente processados (como conservas, laticínios e congelados) agregou estabilidade sanitária e estendeu a vida útil dos produtos, a ultraprocessamento introduziu desequilíbrios nutricionais e riscos epidemiológicos crescentes à saúde coletiva.

Paralelamente, o aprofundamento da especialização produtiva e a extensão geográfica dos circuitos comerciais geraram entraves logísticos que potencializaram as taxas de perda e descarte ao longo de cadeias agroalimentares crescentemente globalizadas e desconectadas dos territórios locais de consumo.

A dimensão ética das perdas e do desperdício torna-se particularmente evidente diante da coexistência entre volumes expressivos de alimentos descartados e a permanência da fome e da insegurança alimentar. Embora a recuperação e a redistribuição de alimentos próprios para o consumo possam contribuir para respostas imediatas, elas não substituem políticas estruturais de renda, abastecimento e proteção social.

Além da repercussão humanitária e nutricional, o problema acarreta severas externalidades ambientais, decorrentes tanto da sobrecarga orgânica em aterros e da contaminação do solo e recursos hídricos quanto da expressiva geração de gases de efeito estufa (GEE) associada à decomposição biológica e à energia fóssil despendida em cadeias improdutivas.

Como resposta a esse problema, em 19 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 74/209, que proclamou 29 de setembro como o Dia Internacional de Conscientização sobre Perdas e Desperdício de Alimentos. A data busca promover a conscientização e a ação coletiva para reduzir a perda e o desperdício de alimentos. A redução dessas perdas está prevista no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, que trata de garantir padrões sustentáveis de consumo e produção. A meta 12.3 visa reduzir pela metade o desperdício global de alimentos per capita no varejo e no consumo, além de diminuir as perdas ao longo das cadeias de produção e fornecimento, até 2030.

Diante da previsão da população mundial, atualmente em 8,2 bilhões de pessoas, se aproximar de 9,7 bilhões até 2050, a garantia da segurança alimentar e nutricional para as populações atuais e futuras exige novas formas de trabalho e esforços coordenados para melhorar a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agroalimentares globais. Nesse contexto, a redução da perda e do desperdício de alimentos contribui para proteger os recursos naturais e a biodiversidade, reduzir a poluição e as emissões de gases de efeito estufa e maximizar o uso dos alimentos produzidos. Esse esforço é central para sistemas agroalimentares

eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, bem como para a melhoria da segurança alimentar, da nutrição e da saúde.

A adoção de inovações e de abordagens de economia circular nos sistemas agroalimentares, com vistas a prevenir, reduzir, reutilizar e reaproveitar as perdas e o desperdício de alimentos, também cria novas oportunidades de emprego, melhora os meios de subsistência e gera benefícios financeiros para diversos atores. É urgente que produtores, investidores, empresas, agentes da cadeia de fornecimento, consumidores de todas as idades, academia, pesquisa, sociedade civil e setores público e privado ajam de forma individual e coletiva para ampliar e fortalecer as iniciativas de redução da perda e do desperdício de alimentos, assegurando um mundo com segurança alimentar no presente e no futuro.

Segundo as estimativas mais recentes da FAO, cerca de 13% dos alimentos produzidos no mundo são perdidos após a colheita e antes de chegarem às prateleiras do varejo. Estimativas atualizadas indicam que 19% dos alimentos disponíveis aos consumidores, o equivalente a 1,05 bilhão de toneladas, são desperdiçados no varejo, em serviços de alimentação ou nos domicílios. Esse volume corresponde a quase um quinto de todos os alimentos que chegam ao fim da cadeia de fornecimento e o desperdício doméstico representa uma das principais fontes: 60% do desperdício de alimentos ocorre nos domicílios, 28% nos serviços de alimentação e 12% no varejo.

Enquanto isso, estima-se que uma em cada treze pessoas no mundo tenha enfrentado fome em 2025, o que representa entre 608 e 696 milhões de pessoas, ou 7,4% a 8,5% da população global. Além disso, cerca de 2,1 bilhões de pessoas, ou 25,8% da população mundial, vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave e aproximadamente 2,69 bilhões de pessoas, ou 32,7% da população mundial, não podem pagar por uma dieta saudável (FAO, 2026). Entre os grupos de alimentos, frutas e hortaliças, componentes essenciais de uma dieta nutritiva, apresentam o maior percentual de perdas, o que agrava esse desafio global.

A perda e o desperdício de alimentos também contribuem com 10% das emissões globais de gases de efeito estufa (FAOSTAT, 2025), impactando a mudança do clima e a sustentabilidade ambiental. A redução dessas perdas é, portanto, uma solução climática que países e comunidades podem adotar para diminuir emissões e proteger recursos naturais (IPCC, 2019). Alimentos que nunca são consumidos utilizam 28% da área agrícola mundial (FAO, 2013). A pegada global de ocupação de terras associada à perda e ao desperdício de alimentos, ou seja, o total de hectares usados para produzir alimentos que não são consumidos, é de cerca de 1,4 bilhão de hectares (FAO, 2013), área maior que o Canadá ou a China. A perda de alimentos também representa uma falha de mercado, com perda anual estimada em US$400 bilhões, sendo as perdas associadas ao desperdício cerca de 1 trilhão a cada ano.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024

A publicação do relatório do PNUMA em 2024 representou um avanço substantivo na qualificação metodológica e no refinamento das estimativas internacionais sobre o tema, estabelecendo subsídios empíricos para subsidiar intervenções estatais orientadas ao cumprimento da meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (United Nations Environment Programme, 2024).

Conforme preconiza o documento, a mensuração sistemática constitui condição *sine qua non* para a pactuação de compromissos públicos eficazes, permitindo delimitar a escala dos descartes, identificar gargalos setoriais prioritários e estruturar linhas de base comparáveis para a avaliação continuada de impactos.

O marco metodológico consolidado iniciou-se na edição de 2021, que investigou de forma inédita os setores de varejo, serviços de alimentação e consumo doméstico, evidenciando uma geração per capita de resíduos domiciliares expressiva e notavelmente homogênea entre diferentes realidades socioeconômicas internacionais. O documento de 2024 aprofunda esse histórico por meio de três contribuições centrais:

1. ampliação substancial da cobertura empírica primária em diversos países;
2. detalhamento prático dos protocolos de aferição do ODS 12.3 nos elos finais da cadeia, contemplando forças, limitações e critérios de amostragem setorial; e
3. transição temática do diagnóstico quantitativo para o exame de modelos operacionais de intervenção, com ênfase nas parcerias público-privadas de governança compartilhada.

Entre os principais indicadores consolidados no relatório de 2024, destacam-se:

- Em 2022, o volume global de alimentos desperdiçados atingiu 1,05 bilhão de toneladas, montante equivalente a aproximadamente 19% de toda a comida disponível para os consumidores nos âmbitos varejista, institucional e doméstico. Esse valor soma-se aos 13% de perdas ocorridas nos elos intermediários da produção agrícola e pós-colheita, segundo dados complementares da FAO.
- Os domicílios constituem o elo de maior impacto no desperdício mundial. Em 2022, os lares responderam por 631 milhões de toneladas descartadas (60% do total), enquanto o setor de serviços de alimentação gerou 290 milhões de toneladas (28%) e o comércio varejista acumulou 131 milhões de toneladas (12%).
- As perdas e desperdícios de alimentos respondem por 8% a 10% das emissões antrópicas globais de GEE, o que equivale a quase cinco vezes o impacto climático da aviação comercial mundial. Esse impacto ambiental coexiste com um cenário em que 783 milhões de pessoas sofrem com a fome e um terço da humanidade enfrenta quadros de insegurança alimentar moderada ou grave.
- O desperdício doméstico representa o equivalente a pelo menos um bilhão de refeições descartadas diariamente no mundo, traduzindo-se em uma média per capita anual de 79 kg de alimentos jogados fora por indivíduo, sob uma premissa analítica conservadora quanto à fração estritamente comestível. Essa magnitude supriria 1,3 refeição diária para o conjunto da população global em situação de fome.
- A geração per capita de resíduos domiciliares independe do nível econômico central do país. Com a duplicação dos dados amostrais em relação a 2021, constatou-se que países de renda alta, média-alta e média-baixa apresentam uma disparidade de apenas 7 kg per capita ao ano em suas taxas médias de descarte residencial.
- Observa-se correlação entre clima regional e taxas de resíduo: nações situadas em zonas mais quentes tendem a registrar maiores níveis de desperdício domiciliar per capita, fenômeno associado à elevada proporção de alimentos frescos com partes não comestíveis e à precariedade de infraestruturas locais de frio, agravadas por episódios de secas prolongadas e ondas extremas de calor.

- Identificam-se assimetrias espaciais entre zonas urbanas e rurais nos países de renda média, com menor descarte observado nas áreas rurais devido à destinação consuetudinária de sobras para a alimentação de animais e compostagem doméstica, justificando a priorização de iniciativas circulares em centros urbanos.
- Entre os integrantes do G20, apenas Austrália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia dispõem de sistemas estatísticos adequados para rastrear a meta do ODS 12.3 até 2030, figurando Canadá e Arábia Saudita com métricas restritas ao segmento residencial e a estimativa brasileira com divulgação prevista para o encerramento de 2024. O G20 detém capacidade estrutural para liderar a cooperação internacional e articular políticas de consumo consciente.
- Casos práticos como o do Japão e do Reino Unido evidenciam a viabilidade de reformas sistêmicas, tendo alcançado reduções cumulativas no desperdício de 18% e 31%, respectivamente, mediante ação coordenada entre esferas governamentais e setor corporativo.
- A estruturação de acordos público-privados articulados pelo paradigma "Alvo-Medida-Ação" (*Target-Measure-Act*) tem se expandido como estratégia cooperativa para mitigar perdas, amenizar o estresse hídrico e superar a fragmentação de governança na cadeia produtiva.
- Persiste a necessidade premente de que os Estados consolidem o Índice de Desperdício de Alimentos para unificar bases amostrais nacionais, superando a carência crítica de diagnósticos empíricos representativos nos setores de serviços de alimentação e comércio de varejo.
- A revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e das Estratégias e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs) representa uma oportunidade tática central até 2025, considerando que apenas 21 nações haviam incorporado metas de redução de perdas e resíduos alimentares aos seus compromissos climáticos até 2022.
- A intervenção deve integrar simultaneamente as dimensões comportamental e macroestrutural, enfatizando a governança das cadeias logísticas urbanas e a cooperação multilateral.

Como sublinham as conclusões do informe técnico, o desperdício alimentar expressa uma disfunção econômica de mercado estimada em mais de US$ 1 trilhão em descarte anual de bens. No âmbito ecológico, o fenômeno induz expressiva pegada de carbono e absorve o uso improdutivo de quase 30% das terras agrícolas globais, constituindo um dos fatores motrizes da supressão de ecossistemas naturais e perda de biodiversidade. Simultaneamente, revela-se a dimensão social do problema perante os 783 milhões de indivíduos em vulnerabilidade calórica crônica e cerca de 150 milhões de crianças menores de cinco anos com déficit de desenvolvimento decorrente de privação nutricional continuada.

No âmbito dos compromissos da Agenda 2030, a meta 12.3 do ODS 12 estabelece a redução global pela metade do desperdício per capita em nível de varejo e consumo, aliada à contenção das perdas na produção e distribuição. A governança dessa meta divide-se entre o PNUMA, encarregado dos elos de varejo, serviços e domicílios, e a FAO, incumbida dos segmentos de pós-colheita até o atacado. O atingimento da meta 12.3 exerce influência direta sobre o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Complementarmente, a meta 16 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal reiterou formalmente o

compromisso multilateral de redução do desperdício de alimentos em 50% até 2030 (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2022).

Sob o prisma metodológico, destaca-se a ampliação de 194 pontos de dados em 93 países quanto ao setor doméstico, alcançando uma cobertura geográfica indireta equivalente a 85% da população global e outorgando maior solidez estatística às projeções comparativas. Em suas recomendações executivas, o relatório reitera que o avanço das intervenções depende da corresponsabilização técnica das empresas de varejo e de distribuição alimentar.

A arquitetura do Índice de Desperdício de Alimentos estruturada pelo PNUMA ancora-se em um modelo progressivo de três níveis, balanceando precisão analítica e custos operacionais de obtenção de dados:

- **Nível 1:** Fundamenta-se em modelagem computacional e extrapolação paramétrica a partir de dados secundários de outros países, aplicando-se aos Estados-Membros que ainda não estruturaram sistemas de coleta primária. De modo similar à função do Estudo de Carga Global da Doença (o *Global Burden of Disease* — GBD) na epidemiologia descritiva, o Nível 1 fornece aproximações diagnósticas suficientes para fundamentar a urgência de formulações políticas, embora se revele metodologicamente insuficiente para a vigilância temporal longitudinal de metas nacionais.
- **Nível 2:** Constitui o desenho metodológico padrão recomendado, baseado na mensuração primária direta e sistemática dos resíduos gerados em nível territorial, executada ou validada pelos governos nacionais. Este arranjo permite rastrear a evolução fidedigna dos descartes ao longo dos anos, garantindo a avaliação do cumprimento do ODS 12.3.
- **Nível 3:** Incorpora camadas aprofundadas de desagregação analítica para qualificar a tomada de decisão pública. Abrange a separação físico-química entre frações comestíveis e não comestíveis, a especificação das rotas de descarte (como redes de esgotamento sanitário e compostagem domiciliar) e a inclusão de fluxos industriais complexos de transformação agroalimentar excluídos do Índice de Perda de Alimentos.

A estratégia internacional orienta a transição progressiva dos Estados do Nível 1 para o Nível 2, incentivando a posterior consolidação de métricas especializadas inerentes ao Nível 3.

Estimativas financeiras conservadoras indicam que o custo global derivado das perdas e desperdícios alcança US$ 680 bilhões ao ano em economias desenvolvidas e cerca de US$ 310 bilhões em países em desenvolvimento. A valoração econômica desses montantes depende, contudo, das metodologias adotadas na análise de custo-benefício de estratégias de reaproveitamento de subprodutos.

No caso da digestão anaeróbia para obtenção de biogás, os benefícios econômicos líquidos mostram-se modestos caso a fração energética de metano seja destinada exclusivamente ao aquecimento (57%) ou à cogeração básica de energia elétrica (43%). Em contrapartida, modelos que direcionam o biometano purificado a aplicações de alto valor agregado (como biocombustíveis veiculares e injeção em gasodutos) elevam significativamente o retorno do capital investido, cuja atratividade pode ser modulada pela presença ou ausência de subsídios fiscais governamentais. Rotas adicionais contemplam a conversão biotecnológica de soro de queijo e frações lignocelulósicas residuais em etanol combustível. Adicionalmente, estudos comprovam que biorefinarias integradas, dimensionadas para processar múltiplas biomassas agroindustriais e resíduos urbanos, consolidam alternativas técnico-econômicas mais

lucrativas e sustentáveis do que a incineração simples ou o descarte em aterros (Roy et al., 2023).

Estratégias para a redução das perdas e desperdícios de alimentos

A expansão dos adensamentos urbanos dinamizou o consumo de refeições pré-preparadas e itens embalados, demandando inovações tecnológicas que preservem propriedades organolépticas, segurança sanitária e teor de micronutrientes, sem onerar a distribuição. Se, por um lado, o modelo de autosserviço dos supermercados estendeu o acesso a certos itens perecíveis e diminuiu perdas decorrentes de sazonalidade e falhas de higiene, por outro, consolidou a distribuição concentrada de produtos ultraprocessados de alta densidade calórica, ricos em gorduras, açúcares simples, sódio e aditivos cosméticos.

A expansão global desses produtos decorre da industrialização concentrada dos sistemas agrícolas, da consolidação de grandes redes de hipermercados e das estratégias políticas e mercadológicas corporativas. Embora com penetração histórica nas regiões da América do Norte, Europa, Oceania e América Latina, tal dinâmica produtiva expande-se com rapidez na Ásia, no Oriente Próximo e na África.

As estratégias de redução das perdas e do desperdício devem priorizar a prevenção ao longo de toda a cadeia. Quando não for possível evitar a geração de excedentes, os alimentos próprios para o consumo humano devem ser destinados prioritariamente à comercialização, ao processamento ou à redistribuição. Para as frações que não possam ser destinadas ao consumo humano, abordagens orientadas pelos princípios da economia circular incluem o aproveitamento para alimentação animal, a compostagem e a produção de biogás. A adoção dessas medidas depende, entre outros fatores, do aperfeiçoamento da coleta seletiva de resíduos orgânicos no varejo, nos serviços de alimentação e nos domicílios.

A gestão pública local exerce papel decisivo na formulação desse contexto, por meio de ações intersetoriais integradas:

- agricultura urbana e periurbana vinculada à governança territorial, articulando agroecologia, preservação de áreas de recarga hídrica e inclusão socioprodutiva;
- encurtamento de circuitos de abastecimento e fomento a feiras livres e entrepostos de base familiar;
- regulação sanitária e qualificação de equipamentos de venda de rua e mercados públicos;
- consolidação de diretrizes de compras públicas institucionais orientadas a sistemas alimentares sustentáveis;
- fortalecimento técnico dos programas de alimentação escolar, que unem o fornecimento de refeições balanceadas a processos formativos de educação alimentar e hortas pedagógicas;
- disciplina normativa de zoneamento urbano e restrição ao marketing alimentar de ultraprocessados; e
- suporte a ferramentas digitais de redistribuição voluntária de excedentes alimentares, assegurando o devido monitoramento higiênico-sanitário de hortifrutigranjeiros resgatados do descarte comercial.

A infraestrutura de frio constitui outro aspecto crítico para a preservação nutricional e o prolongamento da durabilidade dos estoques alimentares, auxiliando também a logística

sanitária de insumos biológicos e imunobiológicos no âmbito agropecuário. Não obstante, instalações convencionais de refrigeração implicam riscos ecológicos ligados a emissões e vazamento de fluidos halogenados. Em nações de baixa e média renda, gargalos estruturais como custos de aquisição tecnológica por pequenos agricultores, escassez de assistência técnica e intermitência de fornecimento energético restringem o uso da cadeia de frio precipuamente a cadeias agroexportadoras de alto valor comercial em detrimento dos mercados alimentares locais. Tecnologias de refrigeração sustentáveis amparadas em matrizes energéticas limpas emergem como alternativa estratégica para mitigar tais deficiências estruturais.

No campo das embalagens, soluções baseadas em recobrimentos bioativos lipídicos em frutas e vegetais prolongam a vida de prateleira em contextos desprovidos de refrigeração contínua. Embalagens "inteligentes" dotadas de sensores colorimétricos e etiquetas digitais via *QR Code* aprimoram a detecção precoce de deteriorações microbiológicas, a rastreabilidade e a transparência em relação a ingredientes e potenciais substâncias alergênicas. De forma convergente, avançam pesquisas com biomateriais e bioplásticos estruturados a partir de resíduos orgânicos, conquanto sua degradabilidade e incorporação real em processos de compostagem apresentem variações conforme os insumos poliméricos empregados (FAO, IFAD, Unicef, WFP, 2023).

A experiência brasileira: retomada institucional e atualização da estratégia nacional

No Brasil, o enfrentamento das perdas e do desperdício de alimentos foi incorporado à agenda de segurança alimentar e nutricional em 2018, com a publicação da Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos. O documento buscou articular ações do Estado e da sociedade civil em quatro eixos: pesquisa, conhecimento e inovação; comunicação, educação e capacitação; promoção de políticas públicas; e legislação. Sua implementação seria coordenada por um comitê gestor vinculado à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2018).

A implementação da Estratégia foi comprometida, entretanto, pelo enfraquecimento das instâncias federais de governança da segurança alimentar e nutricional entre 2019 e 2022. A retomada da CAISAN e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional criou condições institucionais para reintroduzir o tema na agenda federal e atualizar as ações previstas em 2018 (BRASIL, 2025).

Em 2024, a CAISAN instituiu um grupo de trabalho destinado à revisão da Estratégia, com a participação de representantes governamentais, pesquisadores, organizações da sociedade civil, setor privado e organismos internacionais. O processo foi organizado em seis subgrupos, abrangendo diferentes etapas da cadeia de abastecimento, os sistemas alimentares urbanos e a legislação relacionada à doação de alimentos e aos bancos de alimentos. A proposta resultante foi apresentada à CAISAN em novembro de 2024 e subsidiou a publicação, em setembro de 2025, da II Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil (BRASIL, 2025).

A II Estratégia ampliou o enquadramento adotado em 2018 ao articular a prevenção das perdas e do desperdício com o direito humano à alimentação adequada, a promoção da alimentação adequada e saudável e a redução dos impactos ambientais dos sistemas alimentares. O documento adotou uma hierarquia de intervenção que prioriza a prevenção, seguida pela redistribuição de alimentos próprios para o consumo humano, sua destinação para

alimentação animal ou reutilização, a reciclagem e a compostagem, a recuperação energética e, como última alternativa, a disposição final (BRASIL, 2025).

Essa formulação evita reduzir o enfrentamento do problema à destinação dos excedentes. A doação pode ampliar o acesso imediato a alimentos e constitui uma resposta relevante diante da insegurança alimentar, mas não substitui políticas estruturais de renda, abastecimento e proteção social. Na nova Estratégia, bancos de alimentos, cozinhas solidárias e outras iniciativas de recuperação e redistribuição são inseridos em uma agenda mais abrangente, que inclui agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização, alimentação escolar, agricultura urbana e periurbana e gestão de resíduos orgânicos (BRASIL, 2025).

Outro aspecto relevante é a incorporação da qualidade da alimentação entre os critérios para a prevenção e a redistribuição. A II Estratégia estabelece como diretriz a priorização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, em consonância com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Essa orientação contribui para evitar que os mecanismos de doação sejam utilizados principalmente para o escoamento de produtos de baixo valor nutricional ou de excedentes produzidos de forma recorrente. Nessa perspectiva, reduzir o desperdício significa também ampliar o acesso a alimentos adequados, e não apenas transferir produtos que seriam descartados (BRASIL, 2014, 2025).

A produção de dados nacionais comparáveis permanece como um dos principais desafios. O país ainda não dispõe de uma linha de base abrangente para acompanhar as perdas ao longo da produção, do armazenamento, da distribuição e do varejo. Uma revisão da literatura latino-americana identificou predomínio de estudos localizados e concentração das evidências nas etapas iniciais e intermediárias da cadeia, com escassez de pesquisas sobre impactos ambientais e sobre os resultados das intervenções implementadas (COSTA et al., 2024).

Os estudos brasileiros disponíveis reforçam a heterogeneidade do problema. Em feiras livres de São Paulo, uma análise gravimétrica estimou a geração anual de 59,3 mil toneladas de resíduos, das quais 18,4 mil toneladas correspondiam a desperdício evitável. A composição e a quantidade dos resíduos apresentaram variações entre as feiras, indicando que ações de prevenção e redistribuição precisam considerar as características de cada contexto de comercialização (BRANCOLI et al., 2022). No ambiente doméstico, pesquisas identificaram relações entre desperdício, renda, planejamento das compras, manejo das sobras e valores associados à abundância alimentar, embora a predominância de dados autorreferidos limite a produção de estimativas nacionais (YU et al., 2024).

Para o período de 2025 a 2027, a II Estratégia prevê ações relacionadas à mensuração das perdas em culturas prioritárias, à estimativa nacional do desperdício domiciliar, ao fortalecimento dos bancos de alimentos, à elaboração de diagnósticos e planos locais, à prevenção do desperdício na alimentação escolar e à ampliação da reciclagem dos resíduos orgânicos urbanos. Sua governança foi atribuída a um comitê gestor no âmbito da CAISAN, responsável por coordenar, monitorar e avaliar sua implementação (BRASIL, 2025).

A experiência brasileira revela, assim, uma retomada institucional acompanhada pela ampliação do escopo da política. Seu principal avanço consiste em articular a prevenção das perdas e do desperdício às políticas de segurança alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, abastecimento e gestão ambiental. A consolidação dessa agenda dependerá da continuidade institucional, da coordenação entre os níveis de governo, da

definição de fontes de financiamento e da construção de sistemas regulares de mensuração e monitoramento.

Atualização sobre a SAN na 81ª AGNU

A segurança alimentar e nutricional (SAN) chegou à semana de alto nível da 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), realizada em Nova York entre 22 e 28 de setembro de 2026, com um diagnóstico ambíguo: a fome crônica recua, mas a qualidade das dietas e os principais indicadores nutricionais permanecem estagnados. A sessão, presidida por Khalilur Rahman, de Bangladesh, adotou como tema a restauração da confiança e a construção de uma ONU capaz de entregar resultados para todos (UNITED NATIONS, 2026), porém o contexto geral foi de retração a agenda de SAN global: cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento, perturbação dos mercados de fertilizantes em razão do conflito no Oriente Médio e um episódio intenso de El Niño (FAO, 2026a; MASSIMI, 2026).

A linha de base comum às agências foi o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI 2026), elaborado conjuntamente por FAO, FIDA, Unicef, WFP e OMS. Segundo o documento, cerca de 645 milhões de pessoas, ou 7,8% da população mundial, enfrentaram fome em 2025, o terceiro ano seguido de queda, com 14 milhões a menos que em 2024 e 43 milhões a menos que no pico de 2022. Ao mesmo tempo, 2,69 bilhões de pessoas não conseguem arcar com uma dieta saudável, cujo custo médio alcançou 4,28 dólares em paridade de poder de compra por pessoa ao dia. Entre as crianças menores de cinco anos, o nanismo caiu para 23,2% (150,2 milhões) e a emaciação para 6,6%, ambos ainda fora da trajetória das metas para 2030, enquanto a anemia em mulheres de 15 a 49 anos subiu para 30,7% (FAO et al., 2026). O eixo do problema desloca-se, portanto, da disponibilidade de calorias para o custo e o acesso a dietas nutritivas, o que requer respostas integradas entre sistemas alimentares, de saúde e de proteção social.

Diante desse quadro, as agências da ONU com mandato em nutrição levaram a Nova York narrativas paralelas, ancoradas em seus próprios mandatos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi a mais visível: o Diretor-Geral Qu Dongyu participou de ao menos seis eventos, entre eles a reunião ministerial anual dos países menos desenvolvidos (PMDs), a segunda reunião ministerial da Coalizão de Roma sobre fertilizantes e a reunião de alto nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (FAO, 2026a, 2026b). Na reunião dos PMDs, Qu destacou que, embora a fome global tenha recuado levemente entre 2015 e 2025, nesses países ela aumentou de 19,4% para 20,9% da população, e apresentou como respostas a Iniciativa Mão-na-Mão, com 87 países participantes, a iniciativa Um País, Um Produto Prioritário e o mecanismo analítico SCOPE (FAO, 2026a). A nutrição, contudo, apareceu diluída em uma agenda ampla, que incluiu também oceanos, água, fertilizantes, a abordagem One Health e a Iniciativa de Desenvolvimento Global.

O Programa Mundial de Alimentos (WFP) atuou em registro humanitário e de mobilização de recursos. Suas mensagens para a UNGA81 destacaram que 266 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar aguda, que o atual El Niño pode acrescentar 49 milhões a esse contingente até o fim de 2027 e que o programa necessita de 13 bilhões de dólares para alcançar 110 milhões de pessoas em 2026, já tendo reduzido operações no Afeganistão, na República Democrática do Congo, na Síria e no Haiti. As demandas do WFP concentraram-se em quatro frentes: fim dos conflitos e garantia de acesso humanitário, financiamento flexível e previsível, investimento em ação antecipatória e parcerias para escalar inovações (MASSIMI,

2026). A nutrição entrou nesse discurso sobretudo como argumento de investimento, ao lembrar os 43 milhões de crianças com desnutrição aguda e os 150 milhões com desnutrição crônica, e não como agenda de transformação de sistemas. O programa coorganizou ainda, com a FAO e o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), um evento sobre ação antecipatória (FAO, 2026b).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) concentrou-se na emergência. Além de promover o evento *A Global Call to Prevent Famine*, em 24 de setembro (FAO, 2026b), a agência divulgou na mesma quinzena alertas sobre o Haiti, onde cerca de 253,7 mil crianças de 6 a 59 meses devem sofrer desnutrição aguda entre junho de 2026 e maio de 2027 (Unicef, 2026), e sobre o Iêmen, onde mais de uma em cada quatro crianças triadas em áreas acessíveis apresentava desnutrição aguda após a retomada dos combates (JOHNSON, 2026). Trata-se de uma agenda indispensável, mas restrita à desnutrição aguda e ao socorro imediato. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, praticamente não ocupou o espaço da nutrição: suas prioridades declaradas para a UNGA81 foram a segunda reunião de alto nível sobre pandemias, o financiamento sustentável da saúde, clima e saúde, inovação digital e sistemas de saúde baseados na cobertura universal (WHO, 2026). A omissão chama atenção porque a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição foi estendida até 2030 pela própria Assembleia Geral, com apoio de 158 Estados-membros (WHO, 2025).

O evento que mais se aproximou de um espaço comum sobre nutrição, *Our Children Cannot Wait: Leadership for Child Survival and Nutrition*, realizado em 24 de setembro, foi convocado pelo Rei Letsie III do Lesoto, Campeão de Nutrição da União Africana, em parceria com a *Nutrition International* e o governo do Canadá. O encontro reuniu governos africanos, doadores, organismos da ONU e filantropias e resultou em um documento de princípios e chamado à ação centrado em financiamento doméstico e liderança nacional (AFRICA, 2026). A FAO participou como palestrante, destacando a alimentação escolar como ponte entre a melhoria da dieta infantil e o apoio à agricultura familiar (FAO, 2026a). A liderança política visível, portanto, coube a um Estado-membro e a uma organização não governamental, e não ao sistema ONU.

Na cobertura jornalística do evento, ficou evidenciado que o financiamento foi o fio condutor da semana. Por exemplo, segundo a Devex, os eventos paralelos eram resumidos por um clima dominante: o multilateralismo segue vivo, mas os modelos tradicionais de ajuda humanitária e ao desenvolvimento já não respondem à escala das crises sobrepostas, e a prevenção de uma nova crise alimentar ocupou o centro das conversas (KARAS, 2026). O pano de fundo analítico mais consistente, contudo, é oferecido pelo *Global Nutrition Report 2026*, segundo o qual a redução da ajuda oficial deve privar 2,3 milhões de crianças de tratamento para desnutrição aguda grave e contribuir para cerca de 369 mil mortes infantis adicionais por ano, em um cenário de queda projetada de 9% na ajuda oficial em 2025 e de cortes simultâneos pelos quatro maiores doadores. O relatório mostra ainda que apenas 2% das contribuições nacionalmente determinadas e 16% dos planos nacionais de adaptação preveem mobilização de recursos para nutrição, e que poucos compromissos assumidos na cúpula *Nutrition for Growth* de Paris, em 2025, contam com financiamento assegurado, sendo que somente 8% utilizam indicadores alinhados a marcos de sistemas alimentares (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2026).

Como alavancas de menor custo político, o mesmo relatório aponta a integração da nutrição à atenção primária e à proteção social, o redirecionamento de parte dos cerca de 540

bilhões de dólares anuais em subsídios agrícolas para alimentos nutritivos e o retorno estimado de 23 dólares para cada dólar investido no combate à desnutrição. Sua recomendação dirigida às plataformas globais e às agências da ONU é explícita: evoluir de uma prestação de contas procedimental, baseada em compromissos bem formulados, para uma prestação de contas substantiva, que verifique se os compromissos têm financiamento, coordenação intersetorial e capacidade de entrega (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2026). Os instrumentos existentes, entretanto, permanecem setoriais. O Child Nutrition Fund, do Unicef, com uma janela que duplica investimentos domésticos (Unicef, [2024]), os mecanismos de ação antecipatória do WFP e da FAO e as iniciativas de investimento da FAO operam em paralelo, sem um marco comum de resultados nutricionais.

É precisamente nesse ponto que a ausência da *UN-Nutrition*, ou Nutrição ONU, se torna significativa. Criada em 2020 por FAO, FIDA, Unicef, WFP e OMS, com secretariado sediado na FAO, ela é o mecanismo interagências encarregado de coordenar a resposta das Nações Unidas à má nutrição em todas as suas formas. Presta contas ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), apoia o monitoramento da Década de Ação sobre Nutrição e descreve a si mesma como ponte entre o debate técnico conduzido em Roma e Genebra e as discussões políticas da Assembleia Geral em Nova York (UN-NUTRITION, 2026). Nos registros públicos consultados, porém, a *UN-Nutrition* não aparece como convocante, coorganizadora ou porta-voz de nenhum evento de SAN na UNGA81, tampouco fez qualquer cobertura da 81ª AGNU em suas notícias sobre nutrição global. Sua agenda recente é técnica e concentrada em Roma, com a *Rome Nutrition Week* de maio de 2026, fundos catalíticos para equipes de país e uma pesquisa com as equipes da ONU nos países; os próximos eventos que divulga, como o *Micronutrient Forum* em Acra, o *World Food Forum* e a 54ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, ocorrem fora de Nova York e após a Assembleia (UN-NUTRITION, 2026). Nem mesmo a programação oficial da FAO, agência que hospeda o secretariado, incluiu atividades do mecanismo (FAO, 2026b).

A ausência é tem um sério custo por três razões principais. Em primeiro lugar, a escassez de recursos devido à redução do financiamento por países do Norte Global e as pressões por reformas no sistema multilateral podem empurrar cada agência para a defesa da própria marca e da própria captação, fragmentando a mensagem justamente quando os doadores exigem eficiência. Em segundo lugar, o diagnóstico comum do SOFI e do *Global Nutrition Report* pede integração entre alimentação, saúde, proteção social e clima, agenda que nenhuma agência entrega isoladamente, papel em que a articulação pelo Nutrição ONU seria estratégica. Em terceiro lugar, em um momento de propostas de reforma e racionalização do sistema ONU, um mecanismo de coordenação temática e potencialmente financeira sem visibilidade política tem risco de ser percebido como dispensável, e não como parte da solução. Entre as possíveis explicações, que merecem verificação, estão o porte reduzido do secretariado e sua dependência dos membros, a ancoragem do mandato no ECOSOC e não na Assembleia Geral, a falta de uma liderança executiva com peso político próprio e a ocupação do espaço de liderança em nutrição por atores externos, como o Lesoto, a União Africana, a *Nutrition International* e o Canadá. Cabe a ressalva de que a análise se baseia em registros públicos, e a ausência de menção não exclui participação técnica discreta de pessoal do mecanismo em reuniões ou eventos paralelos.

Além disso, durante a semana de alto nível da UNGA81, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza realizou o evento *Four Years Left: Accelerating Action on Hunger and Poverty*, em 23 de setembro de 2026, na sede das Nações Unidas em Nova York. O encontro foi convocado

por Brasil e Espanha, copresidentes da iniciativa (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a, 2026b). A UN Web TV transmitiu na mesma data uma sessão voltada à aceleração dos ODS 1 e 2 por meio de novas formas de cooperação e financiamento e à renovação do apoio político aos objetivos da Aliança (UNITED NATIONS, 2026). O chanceler brasileiro Mauro Vieira lembrou que a fome recuou pelo terceiro ano consecutivo, mas que quase dois bilhões de pessoas ainda enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave. Segundo ele, a Aliança passa agora do compromisso político à implementação, com apoio a Etiópia, Camboja e Haiti. A secretária de Estado espanhola Eva Granados informou a existência de 21 programas apoiados em 19 países. Anunciou também um marco de financiamento colaborativo para os ODS 1 e 2, concebido para articular recursos existentes em torno de programas nacionais, sem criar um novo fundo. O ministro brasileiro Wellington Dias, por sua vez, alertou que conflitos e choques climáticos podem reverter os ganhos recentes (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a).

A dimensão financeira apareceu sobretudo nas falas dos bancos e fundos de desenvolvimento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento relatou ter aprovado 4,1 bilhões de dólares em operações alinhadas à Aliança em 2025 e outros 5,8 bilhões em 2026, dentro de um compromisso de 25 bilhões para o período 2025–2030. O FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) mapeou cerca de 600 milhões de dólares em investimentos alinhados em sete países, dos quais aproximadamente 120 milhões na Etiópia. Pelas agências da ONU, o economista-chefe da FAO, Máximo Torero, defendeu que a Cesta de Políticas da Aliança e a coordenação do financiamento podem corrigir as falhas que impedem os recursos disponíveis de atender à demanda dos países. Rania Dagash, do WFP, falou em nome da Rede Global contra Crises Alimentares e alertou que as crises se aprofundam mais rapidamente que a resposta coletiva. Ela também mencionou a sessão de segundo aniversário da Aliança, prevista para 18 de novembro (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a; FAO, 2026b).

Entretanto, esse evento reforça o padrão de fragmentação observado na agenda nutricional da UNGA81. Entre as agências com mandato em nutrição, apenas FAO e WFP aparecem no relato oficial, ao lado do FIDA, enquanto Unicef, OMS e UN Nutrition não são mencionados. A nutrição entrou no debate pela voz de uma organização não governamental: a World Vision descreveu a integração de práticas comunitárias de nutrição ao programa nacional etíope (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a). O contraste é significativo, pois a Aliança havia participado da *Rome Nutrition Week* de 2025, organizada pela UN-Nutrition, com discurso de alto nível de Wellington Dias, mas a ponte entre as duas iniciativas não se reproduziu em Nova York.

Conclusões

A redução das perdas e do desperdício de alimentos exige ações articuladas ao longo de toda a cadeia, desde a produção até o consumo, com prioridade para a prevenção. A produção de dados comparáveis é indispensável para identificar pontos críticos, orientar intervenções e acompanhar resultados, mas não substitui investimentos em infraestrutura, armazenamento e logística, nem medidas regulatórias, educativas e de coordenação institucional.

Também é necessário distinguir a prevenção do desperdício da destinação dos excedentes. Bancos de alimentos e redes de doação cumprem papel relevante na recuperação e redistribuição de alimentos próprios para o consumo humano, mas não devem substituir

políticas estruturais de renda, abastecimento, proteção social e garantia do direito humano à alimentação adequada. A redução do desperdício deve contribuir para ampliar o acesso regular a alimentos adequados e saudáveis, e não apenas oferecer uma destinação alternativa aos excedentes gerados pelos sistemas alimentares.

No Brasil, a II Estratégia Intersetorial representa a retomada dessa agenda e sua articulação com a segurança alimentar e nutricional, a promoção da alimentação adequada e saudável, a gestão ambiental e a ação climática. O avanço institucional, contudo, precisará ser acompanhado por financiamento, coordenação entre setores e níveis de governo, produção regular de dados e divulgação dos resultados alcançados (BRASIL, 2025).

À medida que 2030 se aproxima, a redução das perdas e do desperdício precisa deixar de ocupar uma posição complementar nas políticas alimentares e ambientais. O desafio não se limita a aproveitar melhor os alimentos que seriam descartados, mas envolve reorganizar os sistemas de produção, abastecimento e consumo para evitar a perda recorrente de alimentos, recursos naturais e trabalho.

Ao mesmo tempo, a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas evidenciou um sistema multilateral que compartilha o diagnóstico sobre a segurança alimentar e nutricional, mas não o traduz em ação coordenada. Diante do diagnóstico que aponta para a redução da fome crônica, a estagnação dos indicadores nutricionais e o deslocamento do problema para o custo e o acesso a dietas saudáveis FAO, WFP, Unicef e OMS atuaram de forma paralela, cada uma ancorada em seu próprio mandato. A FAO privilegiou os sistemas agroalimentares, o WFP a urgência humanitária e a captação de recursos, o Unicef a desnutrição aguda em contextos de crise, e a OMS praticamente se ausentou do tema, enquanto a UN-Nutrition, mecanismo interagências criado justamente para articular a resposta da ONU à má nutrição, esteve ausente. Dessa forma, sem uma instância capaz de integrar mandatos, instrumentos financeiros e metas comuns, a nutrição e a segurança alimentar e nutricional correm o risco de permanecerem presentes nos discursos e ausentes das decisões, justamente no período final para o cumprimento da Agenda 2030.

Referências

AFRICA leaders call for greater investment in child nutrition as Duale puts a strong case for Kenya. TV47 Digital, Nairóbi, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.tv47.digital/africa-leaders-call-for-greater-investment-in-child-nutrition-as-duale-puts-a-strong-case-for-kenya-163962/.

AUN, N. Fome, consumo e desperdício: como desatar esse nó? Brasil de Fato, Paraíba, 15 abr. 2024. Disponível em: https://www.brasildefatopb.com.br/2024/04/15/fome-consumo-e-desperdicio-como-desatar-esse-no.

BRANCOLI, Pedro; MAKISHI, Fausto; LIMA, Paula Garcia; ROUSTA, Kamran. Compositional analysis of street market food waste in Brazil. Sustainability, Basel, v. 14, n. 12, art. 7014, 2022. DOI: 10.3390/su14127014.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. II Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. Brasília: CAISAN, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PDA.pdf.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Montreal: CBD, 2022. Disponível em: https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf.

COSTA, Bruna Vieira de Lima et al. Food loss and food waste research in Latin America: scoping review. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, e04532023, 2024. DOI: 10.1590/1413-812320242910.04532023.

FAO. At the UN General Assembly in New York, the Director-General outlines FAO's contributions to global challenges. Roma: FAO, 26 set. 2026a. Disponível em: https://www.fao.org/director-general/news/details/at-the-un-general-assembly-in-new-york--the-director-general-outlines-fao-s-contributions-to-global-challenges/en.

FAO. FAO at the 81st Session of the United Nations General Assembly (UNGA81). Nova York: FAO Liaison Office with the United Nations, 2026b. Disponível em: https://www.fao.org/new-york/events/detail/fao-at-81st-session-of-the-united-nations-general-assembly-(unga81/en.

FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum. Rome: FAO, 2023.

FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2026: understanding and addressing the high cost of a healthy diet. Roma: FAO, 2026. Disponível em: https://data.Unicef.org/resources/sofi-2026/.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY. News and events. Brasília: Global Alliance against Hunger and Poverty, 2026b. Disponível em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/news-and-events/.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY. UN General Assembly: leaders call for faster country-led action and aligned financing to end hunger and poverty by 2030. Brasília: Global Alliance against Hunger and Poverty, 24 set. 2026a. Disponível em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/new/un-general-assembly-leaders-call-for-faster-country-led-action-and-aligned-financing-to-end-hunger-and-poverty-by-2030/.

GLOBAL NUTRITION REPORT. 2026 Global Nutrition Report: integrating food and health systems for climate-resilient nutrition. [S. l.]: PATH, 2026. Disponível em: https://globalnutritionreport.org/reports/2026-global-nutrition-report/.

JOHNSON, Daniel. Yemen violence deepens concerns over child hunger crisis. UN News, Genebra, 25 set. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/09/1168436.

KARAS, Tania. Devex Dish: new food and nutrition finance models touted at UNGA. Devex, Washington, DC, 23 set. 2026. Disponível em: https://www.devex.com/news/devex-dish-new-food-and-nutrition-finance-models-touted-at-unga-113380.

MASSIMI, Silvia. 5 facts about food security – and why they matter at UNGA. Roma: World Food Programme, 21 set. 2026. Disponível em: https://www.wfp.org/stories/5-facts-about-food-security-and-why-they-matter-unga.

OURO-SALIM, Omar; GUARNIERI, Patricia. Sustainable food waste management: comparative study of NGO and restaurant practices in Brazil and Togo. Regional and Business Studies, 2025. DOI: 10.1007/s41130-025-00226-3.

ROY, P. et al. A Review on the Challenges and Choices for Food Waste Valorization: Environmental and Economic Impacts. ACS Environmental Au, v. 3, n. 2, p. 58–75, 2023.

TENUTA, Natalia et al. Brazilian food banks: overview and perspectives. International Journal of Environmental Research and Public Health, Basel, v. 18, n. 23, art. 12598, 2021.

Unicef. Over a quarter of a million children facing acute malnutrition in Haiti amid ongoing violence. Porto Príncipe: Unicef, 17 set. 2026. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/news/2026/09/mil-260917-Unicef01.htm.

Unicef. The Child Nutrition Fund. Nova York: Unicef, [2024]. Disponível em: https://www.Unicef.org/documents/child-nutrition-fund.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Food Waste Index Report 2024: Think Eat Save: Tracking Progress to Halve Global Food Waste. Nairobi: UNEP, 2024. Disponível em: https://wedocs.unep.org/20.500.11822/45230.

UNITED NATIONS. High-Level Meetings of the Eighty-First General Assembly. Nova York: UN Meetings Coverage and Press Releases, 2026. Disponível em: https://press.un.org/en/highlights/unga81.

UNITED NATIONS. The fight against hunger and poverty as a foundation for human dignity and sustainable development. Nova York: UN Web TV, 23 set. 2026. Disponível em: https://webtv.un.org/en/asset/k17/k17o0oduzv.

UN-NUTRITION. UN-Nutrition: the United Nations inter-agency coordination mechanism for nutrition. Roma: UN-Nutrition, 2026. Disponível em: https://www.unnutrition.org/.

WHO. United Nations Decade of Action on Nutrition (2016–2025) extended to 2030. Genebra: WHO, 26 mar. 2025. Disponível em: https://www.who.int/news/item/26-03-2025-united-nations-decade-of-action-on-nutrition-(2016-2025)-extended-to-2030.

WHO. WHO at the United Nations General Assembly 2026. Genebra: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/09/18/default-calendar/who-at-the-united-nations-general-assembly-2026.

YU, Aizhi; LIMA, Ricardo Chaves; CAMPOS, Mayara; LIU, Qinghua. An analysis of household food waste determinants in Brazilian metropolitan areas. International Journal on Food System Dynamics, v. 15, n. 5, p. 526-544, 2024.